PROA Processos Administrativos e-Gov
24200000454382



# Investigado grupo que sonegou R$ 23 milhões

Os suspeitos atuam no ramo varejista de equipamentos elétricos. Foram apreendidos carros de luxo e um imóvel nos EUA

A Operação *Led Scam* foi deflagrada ontem pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do Estado do Rio Grande do Sul (Cira). O alvo é um grupo empresarial que causou prejuízos aos cofres públicos de R$ 23 milhões, decorrentes de sonegação e não recolhimento doloso de ICMS, causando ainda prejuízos a mais de nove mil credores, pois a empresa investigada não entregava produtos vendidos. Foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão em 11 alvos, residências e empresas, no RS e em São Paulo.

Também foi determinada a indisponibilidade de bens dos investigados em montante superior a R$ 39 milhões. Estes valores estão relacionados aos indícios de lavagem de dinheiro constatados na investigação. A ação, que contou com pelo menos 50 agentes, foi executada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do RS (MPRS), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio da Receita Estadual. Houve ainda o apoio da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo (MPSP) e da Brigada Militar.

As ordens judiciais foram cumpridas em residências e estabelecimentos comerciais em Porto Alegre, Imbé e Xangri-Lá, além de São Paulo, capital, e na cidade paulista de Arujá, por promotores de Justiça, auditores fiscais, procuradores, técnicos tributários, analistas e policiais. O grupo empresarial investigado atua no comércio varejista de equipamentos elétricos, especialmente luminárias de LED. "A integração entre Gaeco, Receita Estadual e PGE é essencial na recuperação de ativos, pois cada instituição atua com sua expertise, possibilitando a identificação dos ativos e a persecução dos responsáveis criminalmente", ressaltou o coordenador do Gaeco, promotor de Justiça André Dal Molin.

**PGE ACOMPANHA.** A apuração do caso envolvendo o grupo empresarial suspeito se iniciou em junho de 2024 a partir de um procedimento investigatório da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre (Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária), após o encaminhamento de Relatório de Verificação Fiscal pela Receita Estadual. Além dos crimes detectados, no âmbito das execuções fiscais em trâmite, a PGE acompanha os trabalhos e estuda as medidas processuais a serem tomadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS / CP

Agente do MPRS examina dinheiro apreendido na casa de um dos suspeitos

O MPRS apura a prática de delitos contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Foram identificados indícios de desvios patrimoniais e movimentação financeira incompatível com os rendimentos declarados pelos investigados, que resultaram na aquisição de veículos de luxo de marcas como Porsche, Mercedes Benz, Land Rover e BMW, bem como aquisição de um imóvel e mais veículos em Miami, nos Estados Unidos.

Por outro lado, a Receita Estadual já vinha monitorando e autuando a empresa principal por sonegação e a classificou como devedora contumaz, tendo inclusive sido incluída no Regime Especial de Fiscalização (REF), previsto na Lei Estadual 13.711/2011. Não bastasse o prejuízo aos cofres públicos, essa empresa já havia sido alvo de procedimentos do Procon/RS e da Promotoria de Defesa do Consumidor do MPRS.

Em 2023, essa empresa ingressou com pedido de autofalência, causando prejuízo a mais de nove mil credores, entre clientes que não receberam seus produtos e fornecedores, e um passivo de R$ 57 milhões.

Após a falência, as operações da empresa principal continuaram por meio de outros CNPJs, pertencentes a integrantes do mesmo grupo. Atualmente, o grupo vem atuando em São Paulo com empresas de eletrônicos e nos Estados Unidos. Inclusive, o nome da operação *Led Scam* faz alusão a golpe ou fraude envolvendo luminárias e dispositivos LED, considerando os crimes tributários detectados e o grande número de vendas realizadas pelo grupo empresarial sem a efetiva entrega das mercadorias aos consumidores, de acordo com a Polícia Federal.

**RECEITA.** O Cira, composto pelo MPRS, por meio do Gaeco, Sefaz, por meio da Receita Estadual, e PGE, foi instituído pelo Decreto 54.191/2018. O objetivo é proporcionar a realização de ações conjuntas entre as instituições e garantir efetividade à recuperação de ativos de titularidade do Estado. A população pode fazer denúncias envolvendo sonegação de tributos estaduais, ocultação patrimonial e financeira de empresas devedoras acessando o link na página da Receita Estadual.

**JUSTIÇA DO TRABALHO**

## Juiz do Trabalho em Canoas afastado pelo TRT-4

A Polícia Federal, com a participação da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, deflagrou, ontem a Operação *Erga Omnes*, para desarticular um grupo voltado à prática dos crimes de peculato, corrupção passiva, violação de sigilo funcional e associação criminosa. O esquema envolvia leiloeiros que fraudavam execuções trabalhistas mediante o pagamento de propina. Um juiz da 3ª Vara do Trabalho de Canoas foi afastado das funções e duas pessoas foram presas.

Foram cumpridos 10 mandados de busca e apreensão, dois mandados de prisão temporária e uma medida cautelar de afastamento do cargo. Todas as ordens judiciais foram expedidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A investigação policial teve como ponto de partida as conclusões de uma inspeção judicial de natureza extraordinária realizada pela Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho em um órgão da Justiça do Trabalho de Canoas. Durante o andamento das investigações, foi descoberto que dois grupos de leiloeiros judiciais foram responsáveis por fraudes em execuções trabalhistas, arrematações fraudulentas e apropriação indevida de valores depositados em hastas públicas, sob a proteção do agente público da Justiça do Trabalho. Em troca de tal proteção, segundo a Polícia Federal, o grupo pagava indevidamente ao investigado.

Em nota, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região destacou que a investigação de possíveis irregularidades envolvendo leilões na Justiça do Trabalho de Canoas teve origem na Corregedoria do TRT-RS. O expediente foi instaurado em julho de 2024 para apurar o caso. Esgotada a investigação administrativa, em setembro, todo o material analisado foi enviado à Polícia Federal e um juiz da Corregedoria acompanhou o cumprimento de mandados expedidos pelo TRF-4.

O comunicado ressalta que, em relação ao juiz afastado de suas funções, um processo administrativo disciplinar foi instaurado. O expediente tramita em sigilo. Por fim, o TRT-4 reafirma seu compromisso com a lisura e a transparência na condução de suas atividades e com a apuração rigorosa de quaisquer condutas incompatíveis com os princípios éticos e legais que regem a Justiça do Trabalho.

**VENDA DE AVES**

## Dois suspeitos são do Ibama

A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem a Operação Celeno, para desarticular uma associação criminosa responsável pelo desvio de animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Ibama e pela inserção de informações falsas em sistemas de controle do instituto. Foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão em Porto Alegre e Arroio do Meio, além de dois mandados de afastamento de cargo público, expedidos pela 7ª Vara da Justiça Federal.

As investigações, conforme a Polícia Federal, apontam que dois servidores do Ibama, em parceria com um outro homem que não tem ligação com o Instituto, ofereciam animais desviados do Cetas para interessados em se tornarem criadores comerciais.

O esquema envolvia desvio de animais para fins ilícitos, fraudes em sistemas de controle de criadores comerciais, incluindo a emissão irregular de autorizações e alterações fraudulentas no plantel dos criadouros. Em troca, os envolvidos recebiam pagamento. Para dar suporte à fraude, dados falsos eram inseridos no Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre (Sisfauna).

**Publicações Legais**
anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

Celic
Subsecretaria da Administração Central de Licitações
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**
GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

**ATOS ADMINISTRATIVOS - LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021**

**ABERTURAS PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL PE 9334/2024 Objeto:** Serviços de 51 (cinqüenta e um) postos de trabalho para atender as dependências da Subsecretaria do Parque Estadual de Exposição Assis Brasil (PEEAB), localizada em Esteio/RS.
**DATA: 27/12/2024, às 09h. PROCESSO: 24/1502-0000350-3.**

**EDITAL PE 9006/2025 Objeto:** Contratação de empresa especializada em avaliações de segurança de barragens, localizadas dentro de Projetos de Assentamentos Estaduais e assuntos correlatos ao atendimento da Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, Lei Federal nº 12.334/2010.
**DATA: 08/01/2025, às 09h. PROCESSO: 23/1500-0032352-5.**

**EDITAL PE 9008/2025 Objeto:** Locação de um (01) Gerador 200 kVA, 220v/127V Trifásico, em Porto Alegre/RS.
**DATA: 08/01/2025, às 09h. PROCESSO: 24/1203-0020279-4.**

**EDITAL PE 9007/2025 Objeto:** Serviços continuados para instalação, operacionalização, gestão e manutenção de solução de rede Wi-Fi com implantação de equipamentos, gerenciamento, suporte e manutenção para atendimento às escolas estaduais, predominantemente, urbanas da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.
**DATA: 09/01/2025, às 09h. PROCESSO: 24/1900-0036329-7.**

**EDITAL PE 9009/2025 Objeto:** Serviços técnicos para Transformação Digital através de Customização, Parametrização, Especificação, Documentação, Sustentação Evolutiva, Corretiva e Preventiva e Treinamento que atenda às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
**DATA: 13/01/2025, às 09h. PROCESSO: 24/2000-0094996-9.**

**EDITAL PE 9010/2025 Objeto:** Serviço de lavanderia para o Hospital Sanatório Partenon e o Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre/RS.
**DATA: 13/01/2025, às 09h. PROCESSO: 24/2000-0005556-9.**

**EDITAL PE 0033/2025 Objeto:** Kit receptor GPS.
**DATA: 20/01/2025, às 09h. PROCESSO: 23/1700-0000457-2.**

**AVISOS DE RETIFICAÇÃO E REAGENDAMENTO**

**Pregão Eletrônico 0676/2024 Processo 23/1203-0027724-1**
**Objeto: Camisetas para a Brigada Militar.**
A Diretora do DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições, com base na INFORMAÇÃO DICAT-DPLAN/CELIC Nº 0508/2024 (fls. 494/496), torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Edital em epígrafe. **REAGENDA-SE** a data de abertura da sessão para o **dia 06 de janeiro de 2025, às 09h**.

**Pregão Eletrônico 9270/2024 Processo 24/2000-0045438-2**
**Objeto: Locação de Concentradores de Oxigênio Domiciliares e Cilindros, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.**
A Diretora do DELIC/CELIC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Informação ASJUR/CELIC Nº 2476/2024, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do edital em epígrafe. **REAGENDA-SE** a data da abertura da sessão para o dia 3 de janeiro de 2025, às 09h.

Felipe Moreira Cruzeiro
Subsecretário CELIC/SPGG